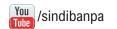
Edição especial

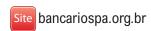
Caixa

Pará, Maio de 2014. Ano VII - Nº: 13









## Descumprimento de Convenção Coletiva na Caixa



Sindicato orienta empregados da Caixa a apresentar denúncias formais para providências necessárias

om o objetivo de cumprir metas de compensação de horas extras, alguns gestores da Caixa Econômica, tanto em Belém quanto em diversos municípios paraenses, tentam burlar o Acordo Coletivo de Trabalho 2013-2014, no que diz respeito ao assunto.

A cláusula 6ª do ACT da Caixa, que fala sobre as horas extraordinárias, em seu parágrafo primeiro diz que: No mínimo 50% das horas extraordinárias realizadas serão pagas, e o percentual restante será compensado, na proporção de 1 hora realizada para 1 hora compensada e igual fração de minutos, até o fechamento do Ponto Eletrônico do mês subsequente ao da prestação das horas extraordinárias, de acordo com o cronograma mensal divulgado pela Superintendência Nacional de Serviços Compartilhados de Gestão de Pessoas - SUSEC.

Além disso, o parágrafo terceiro dessa mesma cláusula expressa claramente que: as horas a compensar deverão ser previamente negociadas entre o gestor imediato e o empregado, com no mínimo, 5 dias

úteis de antecedência. E esse é o item que vem sendo descumprido.

O Sindicato dos Bancários do Pará recebeu várias denúncias de que diversos gestores estão impondo formas de compensação sem dialogar previamente com os trabalhadores. "Os empregados têm relatado que alguns gestores mandam o bancário ir embora para casa no meio do expediente para compensar hora extra ou mandam o bancário retornar pra casa logo após a chegada na unidade, não permitindo nem que o bancário registre a entrada", afirma o diretor do Sindicato e empregado da Caixa, Heider Alberto.

A presidenta do Sindicato, Rosalina Amorim orienta aos empregados e empregadas do banco sobre como proceder frente a essa situação. "Precisamos que os colegas da Caixa façam denúncias formais ao sindicato sobre a compensação das horas extras, para que possamos atuar política e juridicamente junto às superintendências e mesas de negociação permanente com a Caixa Econômica para combater essa situação".

## Tesoureiros e Caixas sofrem com jornada de trabalho inadequada

Nos últimos anos a grande exploração dos trabalhadores da RETPV's e dos Caixas tem aumentado cada vez mais, devido a última reestruturação realizada pela Caixa o quantitativo de funcionários das RETPVs foi injustificadamente reduzido e além disso cotidianamente são transferidas novas tarefas para esse setor, o que tem gerado grande sobrecarga de trabalho aos empregados das RETPVs, principalmente aos tesoureiros, o reflexo disso é que esses trabalhadores tem enfrentado jornadas de trabalha muito superiores às 8 horas, em alguns casos a jornada tem atingido 12 horas de trabalho por dia.

Outra situação caótica de trabalho vem sendo vivida pelos Caixas das agências, pois além de toda a pressão do fluxo de atendimento e pressão para que vendam produtos no guichê de caixa, esses trabalhadores ainda tem que enfrentar uma segunda jornada interna para tratamento de malotes empresariais e autenticação de envelopes de depósitos. O fato que tem complicado ainda mais é a pressão de alguns gestores para que esses trabalhadores permaneçam na atividade com o ponto batido, ou seja, trabalhem de graça fora da jornada de trabalho. "Esse tipo de atitude inaceitável tem ocorrido em diversas agências do estado, cabe aos trabalhadores informarem imediatamente ao Sindicato qualquer tentativa de burla ao sistema de ponto eletrônico e qualquer tipo de pressão para que continuem trabalhando após o registro de saída no SIPON", orienta o Diretor Heider Alberto.

A Caixa adaptou alguns sistemas para que não funcionem após o registro de saída do empregado no SIPON, mas "misteriosamente" o sistema utilizado nos guichês de caixa não foram adaptados para funcionar dessa maneira, o que permite que o empregado possa permanecer trabalhando mesmo já tendo realizado o registro de saída no Sistema de ponto eletrônico.

## Sindicato dos Bancários fortalece a luta pelo Plebiscito Constituinte

Nos dias 11, 12 e 13 de abril o Comitê Estadual em defesa do Plebiscito Popular por uma Constituinte exclusiva e soberana do Sistema Político brasileiro realizou na sede do Sindicato dos Bancários do Pará, em Belém, um curso de formação de formadores. A atividade foi direcionada a militantes de organizações políticas, movimentos sociais, sindicalista e todos/as que querem ser um multiplicador/a da construção do plebiscito popular no estado do Pará. Ao todo, cerca de 100 militantes de 27 entidades participaram da formação.

A proposta de construção do plebiscito para debater o sistema político é um dos resultados das manifestações de junho e julho do ano passado, que sacudiram o Brasil, a partir da luta pela redução das tarifas de ônibus, na capital paulista.

"O tema do Plebiscito apresenta questões relacionadas ao sistema político, como o financiamento público de campanhas, a subrepresentação das mulheres, indígenas e negros no parlamento e a importância do fortalecimento de mecanismos de democracia que permitam ao povo participar das decisões políticas de forma efetiva", explica a diretora do Sindicato dos Bancários e empregada da Caixa Econômica, Tatiana Oliveira.

"A discussão que os movimentos sociais apresentam através da proposta de Plebiscito Constituinte está para muito além do âmbito eleitoral. Queremos através dessa mobilização, que esperamos ser maior que o Plebiscito contra a ALCA em 2002, discutir um projeto de transformação da sociedade e do sistema político nacional, pois o que temos hoje é um modelo elitista, capitalista, patriarcal e racista — que é contra o que lutamos", destaca o diretor do Sindicato dos Bancários, Gilmar Santos.



## Plenária Metropolitana em maio

Um dos encaminhamentos da atividade de formação será a realização no dia 8 de maio, também na sede do Sindicato dos Bancários do Pará, de uma Plenária Metropolitana do Plebiscito Constituinte.

"Essa será uma forma de ampliarmos as discussões com a sociedade paraense sobre a necessidade de realizarmos o Plebiscito Popular pela Constituinte do Sistema Político brasileiro. O curso de formação de formadores foi muito produtivo e esperamos que a Plenária Metropolitana amplie ainda o nosso movimento aqui no Pará", afirma o diretor da Fetec-CN, Manoel Gomes.